

Congresso vira praça de guerra a partir de hoje

Entre medidas extras de segurança, lobistas e grupos populares, comissões começam a votar

Sexta-feira agitada, hoje, no Congresso Nacional, onde a pacata figura do lobista — terno, gravata e pasta de executivo — vai sendo substituída em alguns casos por verdadeiras tropas de choque, barulhentas e virtualmente explosivas. Só os batalhões recrutados pela Contag e pela UDR somarão mais de 2.500 homens, conforme previsões feitas ontem. "Vamos enfrentá-los no ombro", anunciava o vice-presidente da Contag, Ezídio Pinheiro, enquanto a Constituinte tratava de reforçar sua segurança, com um esquema que deverá incluir senhas e até um detector de armas. A turbulência que caracterizou os corredores ontem foi apenas um trailer do que os grupos de pressão planejam para este fim de semana de votações quentes nas comissões temáticas.

Ponto nevrálgico, a Comissão da Ordem Econômica votará o substitutivo do relator Severo Gomes (PMDB-SP) hoje às 20h30, no plenário da Câmara, e ontem tratava de montar seu sistema de segurança, preocupada com o confronto entre os pelotões da UDR e da Contag. O clima entre os parlamentares que tomarão mais uma decisão sobre a reforma agrária era de expectativa. Certamente estão frescas em sua memória as cenas de conflito e violência assistidas na votação da subcomissão, quando foi derrubado o parecer do deputado Oswaldo Lima Filho.

Num dia confuso, foram dadas informações contraditórias sobre a segurança da Constituinte no período de votação. O diretor deste setor, Fernando Paulucci, disse que o ingresso de populares será feito por uma única

entrada, mediante a apresentação de senhas. Tal sistema gerou inúmeros protestos e preocupava entre outros o vice-presidente da Contag, Ezídio Pinheiro. Ele teme a possibilidade de manipulação, favorecendo setores mais reacionários, mas não perde o bom-humor e sugere sorrindo: "Deviam distribuir cartões proporcionalmente ao número de fazendeiros e trabalhadores rurais".

A noite, depois de uma reunião com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o primeiro secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) afirmou que a segurança ficaria a critério dos presidentes de comissões, e a Câmara forneceria o pessoal que fosse solicitado. Havia, porém, outras versões. Fontes do Setor de Segurança disseram que as senhas seriam distribuídas pela Mesa aos partidos políticos. Na Comissão da Ordem Econômica, informava-se que elas seriam divididas pelo presidente, deputado José Lins (PFL-CE). Cordeiro afirmava que não existe um esquema global.

O diretor do Setor de Segurança, Fernando Paulucci afirmou que terá o reforço de uma centena de homens, 70 dos quais ficarão nas imediações do plenário da Câmara. Segundo a mesma versão, populares só entrarão pelo Salão Negro (junto à rampa), ficando todas as demais portarias reservadas exclusivamente ao acesso de parlamentares, funcionários e jornalistas credenciados. Perto das galerias do Senado, será instalada uma porta detetora de metais, para prevenir a possibilidade de ingresso de pesadas armas.

Muitas áreas de conflito

A temperatura começou a subir ontem nos corredores do Congresso Nacional, tomados principalmente pelo verdadeiro exército recrutado pela Contag para lutar pela reforma agrária. Fermo Trindade, da Confederação das Associações de Moradores e da Articulação Nacional de Entidades, opinou que o assassinato do suplente de deputado e advogado paraense Paulo Fontelles, defensor de trabalhadores rurais, acirrará os ânimos e dará mais força aos agricultores que desfilam em pelotões de entre 20 e 50 pessoas, pela Constituinte. Ontem, mais 400 deles fizeram manifestação no Salão Verde.

grupo disposto a lançar mão de todos os recursos para garantir, por exemplo, que as desapropriações sejam pagas em dinheiro. "Tenho 53 anos; um título para resgatar daqui a 20 anos serve-me para quê?", protestava outro cafeicultor, Vicente Villas Boas.

Não muito longe dali, três homens tentavam se avistar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Um deles era André de Magalhães, diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Outro, Carlos Sampaio, da Federação do Comércio Varejista do mesmo Estado. O terceiro fluminense chama-se Nelson Teixeira e vinha a serem votados hoje à noite pela Comissão de Ordem Econômica, será feita pela bala se a Constituinte não a aprovar. A advertência, num discurso emocionado em que chegou a chorar na tribuna, foi feita pelo deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), numa sessão tomada de protestos pelo assassinato do suplente de constituinte e advogado de trabalhadores rurais, o presidente regional do PC do B no Pará, Paulo Fontelles.

"Quero ter a honra e o orgulho de fazer essa advertência e colocá-la para a história", frisou Benedito Monteiro, acusando, dias atrás, de viajar para Belém no dia da votação do projeto de reforma agrária do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) na Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, ajudando na sua derubada. Ontem ele revelou ser o quinto nome de uma lista de 15 condenados que começariam a ser mortos numa seqüência em que o quarto era Fontelles.

Contag e UDR, em campo

Além da Contag e da UDR, que colocam seus efetivos em combate corpo a corpo a partir de hoje tentando influir sobre o resultado da votação da Comissão da Ordem Econômica, a CUT e a CGT prometem muito barulho na Comissão da Ordem Social, mas ali não é previsto um enfrentamento de batalhões, pois o empriariado está agindo mais sutilmente e mantém o sistema dos lobistas de terno e gravata.

Outra área de conflito será a Comissão da Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher. Ai, a briga será entre os defensores do aborto, capitaneados pelo Conselho Nacional da Mulher, e seus opositores, em cujas fileiras estão principalmente grupos religiosos.

Há outros lobbies fortes em conflito. Eles disputam posições em temas como a reserva de mercado, onde a briga é entre o Movimento Brasil Informático e multinacionais do setor, ou a questão dos cigarros, em que agências de propaganda se degladiam com antibagistas na polêmica sobre a liberação ou proibição da publicidade do fumo.

Na Comissão da Organização do Estado, o lobby é principalmente parlamentar. Deputados interessados na redivisão territorial vinham ganhando terreno em sua tentativa de mudar a posição do senador José Richa (PMDB-PR), em seu substitutivo, eliminou os artigos que criavam novos Estados, julgando a matéria como assunto de legislação ordinária.

A Articulação Nacional de Entidades de Mobilização Popular conta principalmente com os efetivos da Contag, voltados à questão da reforma agrária, mas estava convocando militantes de todo o País e pretendia ver seu contingente reforçado no final da semana, segundo Fermo Trindade, da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), que veio do Rio Grande do Sul agir na Constituinte.

Mais ou menos barulhentos, mais ou menos organizados, os lobbies e grupos de pressão estarão envolvidos em uma luta, comissão por comissão, que se anuncia dura. Cegos, paraplegicos, índios, crianças, agricultores, garimpeiros, militares, freiras, — um variadíssimo contingente de tipos humanos estará brigando por seus interesses na Constituinte, nos dias agitados que vêm por aí.



Ex-deputado do PC do B é assassinado no Pará

SERGIO PALMQUIST
Correspondente

O ex-deputado estadual Paulo Fontelles, do PMDB do Pará, de 42 anos, foi morto ontem de manhã com um tiro no ouvido, quando viajava para Capangama, no interior do estado. O crime aconteceu num posto de gasolina da BR-316, no município de Ananindeua, a 10 km de Belém. Fontelles viajava com seu motorista, tendo parado para abastecer o carro. O motorista desceu para verificar a água do radiador, quando de um Volkswagen cinza sem placa, desceu um pistoleiro — moreno, alto, barbudo segundo as testemunhas, que disparou 3 tiros e fugiu em seguida, junto com outro companheiro. Para a polícia, o crime tem todas as característi-

cas de morte por encomenda. Paulo Fontelles, ligado ao Partido Comunista do Brasil, era conhecido por sua posição em defesa dos posseiros do sul do Pará, onde atuou como advogado, e por seu combate ao latifúndio.

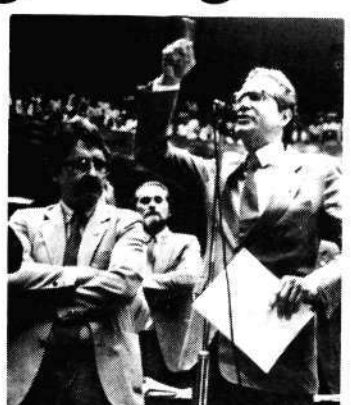
Paulo Fontelles foi eleito deputado estadual em 1982, pelo PMDB, obtendo mais de 14 mil votos, a maioria no sul do estado. Antes de se candidatar, era advogado da CPI na região do Araguaia-Tocantins. Quando estudante de Direito, em Brasília, em 1971, foi preso e torturado pelo Pelotão de Investigações Criminais, por suas ligações com a Ação Popular. Nas últimas eleições, candidatou-se à Constituinte pelo PMDB, com o apoio do PC do

B, mas foi isolado pelo ex-governador Jader Barbalho, por suas críticas a coligação entre o PMDB e o PDS e não conseguiu se eleger.

O crime ocorreu por volta das 10h de ontem e, segundo o motorista que viajava com o ex-deputado, José Antônio de Souza, Fontelles estava descontraído, cantando durante o percurso. Os tiros foram disparados à queima-roupa, sem que Fontelles tivesse tempo de reagir, tanto que morreu com as pernas cruzadas, o pistoleiro e o motorista do fusca antes de fugir ameaçaram o motorista de Fontelles e o funcionário do posto de gasolina, as únicas testemunhas, para que os dois não fizessem nenhum comentário sobre o crime.

Reforma agrária ganha destaque

A reforma agrária, um dos temas a serem votados hoje à noite pela Comissão de Ordem Econômica, será feita pela bala se a Constituinte não a aprovar. A advertência, num discurso emocionado em que chegou a chorar na tribuna, foi feita pelo deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), numa sessão tomada de protestos pelo assassinato do suplente de constituinte e advogado de trabalhadores rurais, o presidente regional do PC do B no Pará, Paulo Fontelles.



A esquerda protesta

dores que responsabilizaram o Governo, os que defenderam uma reforma agrária "pela lei ou sem ela" e os que, como Olivio Dutra (PT-RS), viam o crime como "uma pressão terrorista sobre a Constituinte na véspera da votação da Comissão da Ordem Econômica.

Se atenderem ao apelo do líder do PDT, deputado Brândão Monteiro, os trabalhadores rurais que ontem protestaram contra a morte de Fontelles vão acompanhar as votações das oito comissões temáticas da Constituinte, hoje, sábado e domingo. Pelos aplausos, a ideia foi aprovada unanimemente. Mas se eram ruidosos em determinados instantes, os manifestantes também sabiam ouvir no mais absoluto silêncio a cada orador que subia à tribuna. Foi num desses momentos de extrema emoção que ouviram o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) revelar que Fontelles não se curvava às ameaças e até previa a própria morte.

"Não vão me matar no sul do Pará, no interior, porque têm

medo. Vão me matar aqui, em Belém, onde ficarão impunes", teria dito a Guerreiro o advogado assassinado.

Ulysses Guimarães preferiu se solidarizar com todos os oradores, fazer um repúdio ao assassinato do advogado, que foi deputado estadual pelo PMDB e era suplente de constituinte, e comunicar que o presidente Sarney havia entrado em contato com o governador Hélio Guaiross para que a Polícia Militar e a Polícia Civil tomassem todas as providências para prender os responsáveis ou responsável o mais rapidamente possível.

IRONIA
A morte de Paulo Fontelles na luta pela reforma agrária foi comunicada ao plenário pela deputada Irma Passoni (PT-SP), que pediu a palavra pela ordem quando um dos maiores combatentes da reforma agrária na Constituinte desceu da tribuna. Ironicamente, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) tinha acabado de elogiar decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, anteontem, revogando decreto de desapropriação da Fazenda São João, em Bonito, do Rio Grande do Sul.

Cardoso Alves, segundo orador da sessão, tecera amplos elogios ao relator da matéria no STF, ministro Oscar Corrêa, que teria descrito a reforma agrária, em seu parecer, como simples e indiscriminada desapropriação de terras. O discurso, obviamente, não teria sido feito se Irma Passoni anunciasse a morte de Fontelles com cinco minutos de antecedência. O deputado, aliás, nem ficou no plenário o resto da sessão, quando o assassinato passou a deixar os constituintes com seus discursos previamente elaborados dobrados no bolso.

Ordem Econômica pode ter novo embate político

Os liberais e antiestatizantes que integram a Comissão da Ordem Econômica conseguiram coletar até o final da tarde de hoje (11) 31 assinaturas apoiando um substitutivo próprio para o Capítulo de Princípios Gerais que poderá ser votado, preferencialmente, pelos constituintes ao invés do parecer final do relator da Comissão, senador Severo Gomes.

A estratégia de votação na Comissão, que começará hoje às 20h30, ainda não foi definida pelo grupo dos liberais. Eles preferiram aguardar os resultados das negociações com o relator. Caso o parecer de Severo Gomes não agrade a maioria, o substitutivo será apresentado como alternativa. Essa sistemática ficou acertada também para os outros dois capítulos da Ordem Econômica: Questão Urbana e Reforma Agrária. Os parlamentares interessados diretamente nessas temas também prepararam ante-projetos alternativos.

No substitutivo elaborado pelo grupo liderado pelo deputado Delfim Netto e senador Roberto Campos, o conceito estabelecido para a empresa nacional poderá ser rejeitada pelos progressistas. Na definição do grupo, o controle acionário da empresa é facultado aos residentes no País, e não necessariamente a brasileiros natos e naturalizados.

Outro artigo que criará polémica é o que define o papel do Estado no domínio econômico.

As empresas estatais só poderão atuar em caso de necessidade ou de segurança nacional. Mesmo assim, a intervenção, além de ter caráter supletivo, será por tempo determinado. O monopólio estatal do petróleo abrangerá a pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo brasileiro. O estágio de processamento ficará de fora. Os minérios radioativos também ficarão sob a tutela estatal, bem como o gás natural.

REFORMA AGRÁRIA

O maior problema para o grupo liberal será a votação do capítulo da Reforma Agrária. Alguns parlamentares temem que a radicalização ideológica entre a direita e a esquerda na sessão de votação, acabe inviabilizando as negociações feitas, até agora, que dão ao grupo uma folga de votos.

Para o senador Severo Gomes, a Comissão da Ordem Econômica está dividida meio a meio. Daí o seu otimismo de que os constituintes convergindo, aproveem o seu anteprojeto. No entanto, admitiu que as dificuldades maiores estão centradas nas questões ligadas à Reforma Agrária. Na sua proposta constitucional, ele estabelece a imissão imediata na posse dos imóveis rurais desapropriados, um mecanismo legal considerado "inegociável" pelos parlamentares conservadores da Reforma Agrária.

Covas tenta acordo, mas há divergências

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, disse que as reuniões entre parlamentares estão servindo para que o partido avance no entendimento e tente a unanimidade na maioria das questões, que são programáticas. Lembrou, no entanto, que há pontos em que não será possível conseguir a unidade partidária, como a reforma agrária, "que será sempre um tema de discordância entre os diversos constituintes do PMDB".

Observou que há divergência entre ele e Ulysses Guimarães

em dois pontos: "Duração do mandato presidencial e sistema de governo".

O senador Mário Covas acha que a Constituinte não apenas vai muito bem, como também, é, do ponto de vista institucional, o órgão que mais funciona hoje no País.

"A Constituinte", disse ele, "vem realizando um trabalho intenso, árduo, com a participação permeada por toda a sociedade brasileira, pois aqui tem estado os mais variados setores da Nação".

AGENDA Constituinte

Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo: 10h, apresentação do substitutivo. 20h, votação. Anexo II da Câmara.
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: 10h, apresentação do substitutivo. 20h30, início do processo de votação. Anexo II da Câmara.
Comissão de Organização do Estado: 15h, votação do substitutivo. Anexo II da Câmara.
Comissão da Ordem Social: 9h, apresentação do substitutivo. 14h, votação do substitutivo. Sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.
Comissão da Ordem Econômica: 20h30, início do processo

de votação. Plenário da Câmara dos Deputados.
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: 10h30, apresentação do substitutivo. O processo de votação só deverá ser iniciado à noite. Anexo II da Câmara.
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: 9h30, apresentação do substitutivo. 14h30, votação. Plenário do Senado Federal.
Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação: 10h, apresentação do substitutivo. 14h, início do processo de votação. Auditório Nereu Ramos (Câmara dos Deputados).



Defensores da reforma agrária ocuparam ontem salões da Câmara. Hoje, a UDR também irá